



SPE Concessionária Voe Xap S.A.

Demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023

com Relatório dos Auditores Independentes

SPE Concessionária Voe Xap S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2023.

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais.....	6
Demonstrações do resultado do exercício	7
Demonstrações do resultado abrangente	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Acionistas e Administradores da
SPE Concessionária Voe Xap S.A.
Chapecó - SC

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **SPE Concessionária Voe Xap S.A. (“Companhia”)** que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente em todos os aspectos relevantes a posição patrimonial e financeira da SPE Concessionária Voe Xap S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades em conformidade com tais normas estão descritas na seção a seguir intitulada: “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 11, a Companhia mantém em seu passivo circulante e não circulante recursos financeiros obtidos por meio da emissão de Cessão de Recebíveis Imobiliários (CRI) e debêntures. Essas operações, devido a sua característica, preveem cláusulas restritivas (“*covenants*”) relacionados a índices financeiros apurados a partir das demonstrações financeiras auditadas da Socicam Administração, Projetos e Representações Ltda. (“SAP”), acionista controlador da Companhia. Embora a Administração tenha apresentado os controles de que os índices financeiros foram atingidos, as demonstrações financeiras da SAP ainda estão sendo examinadas pelos auditores independentes. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando divulgando quando aplicável os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras tomadas em conjunto estão livres de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando individualmente ou em conjunto possam influenciar dentro de uma perspectiva razoável as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras--Continuação

- Concluimos sobre a adequação do uso pela Administração da base contábil de continuidade operacional e com base nas evidências de auditoria obtidas se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório, todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito entre outros aspectos do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria inclusive as eventuais deficiências importantes nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 04 de abril de 2024.

Baker Tilly 4Partners Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP-031.269/O-1



Henrique Silva Premoli
Contador CRC 1SP-250.993/O-6



Vanderlei Marcello Fernandes Junior
Contador CRC 1SP-297.750/O-4

SPE Concessionária Voe Xap S.A.

Balancos patrimoniais Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais - R\$)

Ativo	Nota	2023	2022	Passivo	Nota	2023	2022
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	4.050	1.192	Empréstimos e financiamentos	10	97	20
Títulos e valores mobiliários	5	2.717	2.820	Cessão de recebíveis imobiliários	11	3.588	2.867
Contas a receber	6	1.019	1.077	Fornecedores	12	5.048	3.172
Tributos a recuperar	-	62	568	Obrigações trabalhistas e sociais	13	1.023	720
Adiantamentos	-	19	326	Impostos e contribuições a recolher	14	231	690
Despesas antecipadas	-	55	39	Parcelamento de tributos	15	1.075	705
		7.922	6.022	Partes relacionadas	16	827	296
				Adiantamento de clientes	-	261	20
				Outras contas a pagar	-	-	9
						12.150	8.499
Não circulante				Não circulante			
Outros ativos	7	12.548	6.633	Empréstimos e financiamentos	10	-	178
Imobilizado líquido	8	189	250	Cessão de recebíveis imobiliários	11	40.764	35.120
Intangível líquido	9	56.422	49.766	Parcelamento de tributos	15	2.473	1.780
		69.159	56.649	Tributos diferidos	23.2	3.644	2.688
				Partes relacionadas	16	16.089	11.886
				Provisão para demandas judiciais	17	750	90
				Dividendos a pagar	16	340	340
						64.060	52.082
				Patrimônio líquido			
				Capital social	18.1	1.000	1.000
				Reserva legal	18.2	72	72
				Reserva de lucros	-	-	1.018
				Prejuízos acumulados	-	(201)	-
						871	2.090
Total do ativo		77.081	62.671	Total do passivo e patrimônio líquido		77.081	62.671

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

SPE Concessionária Voe Xap S.A.
Demonstrações do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais - R\$)

	<u>Nota</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Receita operacional líquida	19	17.271	38.181
Custo dos serviços prestados	20	(11.845)	(33.375)
Resultado bruto		5.426	4.806
Despesas administrativas e gerais	21	(1.916)	(779)
Outras receitas e despesas	-	(550)	11
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		2.960	4.038
Despesas financeiras	22	(3.641)	(3.161)
Receitas financeiras	22	418	1.288
Resultado financeiro líquido		(3.223)	(1.873)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		(263)	2.165
Imposto de renda e contribuição social - diferido	23.2	(956)	(2.165)
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício		(1.219)	-

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

SPE Concessionária Voe Xap S.A.

Demonstrações do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais - R\$)

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	(1.219)	-
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	<u><u>(1.219)</u></u>	<u><u>-</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

SPE Concessionária Voe Xap S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais - R\$)

	Reservas				
	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.000	72	1.018	-	2.090
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.000	72	1.018	-	2.090
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	(1.219)	(1.219)
Absorção de prejuízos acumulados	-	-	(1.018)	1.018	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.000	72	-	(201)	871

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

SPE Concessionária Voe Xap S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais - R\$)

	Nota	2023	2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		(263)	2.165
Amortização e depreciação		605	547
Provisão para perdas com créditos de liquidação duvidosa	6	3	10
Provisão para demandas judiciais	17	660	90
		1.005	2.812
Variações nos ativos e passivos			
(Aumento) / diminuição dos ativos			
Contas a receber		55	(408)
Tributos a recuperar		506	(459)
Adiantamentos		307	2.143
Despesas antecipadas		(16)	(26)
Outros ativos		(5.915)	(1.946)
Aumento / (diminuição) dos passivos			
Fornecedores		1.876	3.044
Obrigações trabalhistas e sociais		303	240
Impostos e contribuições a recolher		(459)	94
Parcelamento de tributos		1.063	1.474
Adiantamento de clientes		241	(28)
Outras contas a pagar		(9)	2
Imposto de renda e contribuição social, pagos		-	-
Caixa consumido nas atividades operacionais		(1.043)	6.942
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Títulos e valores mobiliários	5	103	16.299
Aquisição de imobilizado	8	-	(18)
Aquisição de intangível	9	(7.200)	(33.556)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento		(7.097)	(17.275)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Empréstimos e financiamentos		(101)	(82)
Cessão de recebíveis imobiliários		6.365	1.983
Partes relacionadas		4.734	5.265
Fluxo de caixa proveniente das atividades de financiamento		10.998	7.166
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		2.858	(3.167)
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	4	1.192	4.359
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	4	4.050	1.192
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		2.858	(3.167)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Informações gerais

A **SPE Concessionária Voe Xap S.A. (“Companhia”)** é uma Sociedade Anônima de capital fechado com sede no Aeroporto Municipal Serafim Enoss Bertaso, localizado no Acesso Florenal Ribeiro nº 4535 D, no Bairro de Quedas do Palmital no Município de Chapecó no Estado de Santa Catarina. A Companhia foi fundada em 03 de novembro de 2020.

A Companhia tem por objetivo a gestão, expansão, manutenção e exploração do Aeroporto de Chapecó denominado Aeroporto Municipal Serafim Enoss Bertaso e suas áreas e serviços nos termos do Contrato de Concessão nº 389/2020 celebrado com a Prefeitura Municipal de Chapecó no Estado de Santa Catarina, de forma a manter o bom estado de funcionamento, conservação e segurança e às suas expensas, os bens que integram a concessão durante a vigência do contrato de concessão efetuando para tanto as reparações, renovações e adaptações necessárias ao bom desempenho dos serviços prestados.

A concessão consiste na prestação de serviços adequados com boas condições de qualidade, regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia e modicidade das tarifas nos termos da legislação.

O prazo da concessão é de 30 anos com início em 13 de dezembro de 2020.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelos acionistas e diretores em 04 de abril de 2024.

2. Base de preparação

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A moeda funcional da Companhia é o Real (R\$) mesma moeda da preparação das demonstrações financeiras que estão sendo apresentadas em milhares de Reais (R\$) exceto quando expressamente mencionado em contrário.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

2. Base de preparação--Continuação

2.1. Declaração de conformidade--Continuação

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

3. Principais políticas contábeis materiais

As políticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

3.1. Caixa e equivalente de caixa

Caixa e equivalente de caixa incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras com liquidez imediata e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado.

As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa são classificadas na categoria “avaliadas ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR)”.

Títulos e valores mobiliários substancialmente incluem Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) e fundos de investimentos em renda fixa, os quais são classificados a Valor Justo por meio de Resultado (VJR).

3.2. Ajuste a Valor Presente (AVP) de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários são ajustados pelo seu valor presente no registro inicial da transação levando em consideração os fluxos de caixa contratuais, a taxa de juros explícita e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos e as taxas praticadas no mercado para transações semelhantes.

Subsequentemente, estes efeitos são realocados nas linhas de receita com venda de imóveis, despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

- **Julgamentos**

A elaboração das demonstrações financeiras requer a adoção por parte da Administração de estimativas e julgamentos que afetam os valores reportados de ativos e passivos, a divulgação dos ativos e passivos contingentes na data das demonstrações contábeis e receitas e despesas nos períodos demonstrados.

3. Principais políticas contábeis materiais--Continuação

3.3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

- **Estimativas e premissas**

As demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas como a mensuração de provisões para perdas com recebíveis, estimativas de valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisões para demandas judiciais, estimativas da vida útil de determinados ativos não financeiros e outras similares.

Os resultados efetivos poderão ser significativamente diferentes destas estimativas e premissas em função do tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa.

As principais premissas relativas as fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço envolvendo risco de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro são discutidas a seguir:

(i) Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentado no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos é determinado utilizando técnicas de avaliação incluindo o método de Fluxo de Caixa Descontado (FCD).

Os dados para estes métodos se baseiam naqueles praticados no mercado quando possível, contudo, quando isso não for viável um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo.

O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como por exemplo: risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre estes fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

(ii) Demandas judiciais e riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia está sujeita no curso normal dos nossos negócios a investigações, auditorias, processos judiciais e procedimentos administrativos em matérias cível, tributária, trabalhista, ambiental, societária e direito do consumidor entre outras.

As provisões constituídas para fazer face a potenciais perdas decorrentes de processos em curso são revisadas e ajustadas com base na avaliação da Administração, fundamentada na opinião de seus assessores jurídicos e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas.

3. Principais políticas contábeis materiais--Continuação

3.3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

- **Estimativas e premissas--Continuação**

- (iii) Amortização do ativo intangível**

O período e o método de amortização para o ativo intangível com vida útil definida são revisados ao final de cada exercício social quando houver indicativo de “*impairment*”, mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização conforme o caso sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis.

3.4. Instrumentos financeiros

São reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros.

Os instrumentos financeiros podem ser classificados nas seguintes categorias:

- (i) Ativos financeiros**

Os ativos financeiros são classificados como mensurado: a Custo Amortizado (CA); Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes (VJORA), instrumento de dívida; (VJORA) instrumento patrimonial ou Valor Justo através do Resultado (VJR).

Os ativos financeiros são classificados como:

- (i)** Custo amortizado (CA);
- (ii)** Valor Justo por meio do Resultado (VJR);
- (iii)** Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA).

A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo acrescidos no caso de investimentos não designados a Valor Justo por meio do Resultado (VJR) dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

- (ii) Passivos financeiros**

São classificados como passivos financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR) empréstimos e financiamentos ou com derivativos classificados como instrumento de hedge conforme o caso.

A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e no caso de empréstimos e financiamentos são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

3. Principais políticas contábeis materiais--Continuação

3.5. Ativos intangíveis

- **Contrato de concessão de serviços – direito de exploração de infraestrutura – ICPC 01 (R1)**

A infraestrutura dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos.

É prevista apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos sendo eles revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato.

O concessionário tem acesso para operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta interpretação o concessionário atua como prestador de serviço construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, opera e mantém essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo seu valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível.

O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos.

No caso da Companhia não está previsto no contrato de concessão qualquer remuneração ao final do prazo de exploração da infraestrutura razão pela qual nenhum ativo financeiro foi reconhecido nas demonstrações financeiras.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de forma linear pela vida útil ou prazo da concessão dos dois o menor.

3. Principais políticas contábeis materiais--Continuação

3.5. Ativos intangíveis--Continuação

- **Amortização**

A vida útil de um ativo intangível em um contrato de concessão de serviço é o período a partir do qual a Companhia tem a capacidade de cobrar o público pelo uso da infraestrutura até o final do período da concessão.

Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja adequado.

A amortização do ativo intangível é reconhecida no resultado do exercício baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas dos ativos intangíveis a partir da data em que estes estão disponíveis para uso ou pelo prazo da concessão, dos dois o menor.

A vida útil estimada para os períodos correntes é estabelecida conforme prazo do contrato de concessão.

3.6. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável.

Quando estas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- Reestruturação de um valor devido à Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- Indicativos de que o devedor ou emissor entrará em falência;
- Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento;
- Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

3. Principais políticas contábeis materiais--Continuação

3.7. Ativos e passivos contingentes

(i) Ativos contingentes

São reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis transitadas em julgado.

Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa.

(ii) Passivos contingentes

São provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Quando as perdas forem avaliadas como possíveis os montantes envolvidos são divulgados nas notas explicativas.

3.8. Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses caso contrário são demonstrados como não circulantes.

3.9. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social limitada a 30% do lucro tributável anual.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado.

3. Principais políticas contábeis materiais--Continuação

3.10. Fornecedores

Os fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios sendo classificadas no passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano caso contrário as contas são apresentadas no passivo não circulante.

3.11. Receita operacional

As receitas líquidas são reconhecidas quando da prestação dos serviços em conformidade com o regime contábil de competência. Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.

A seguir estão apresentados os principais tipos de receita obtidos pela Companhia.

A Companhia atua na prestação de serviços de utilização das áreas e serviços relacionados com as operações de pouso, rolagem e estacionamento da aeronave.

(i) Tarifas de embarque

A Companhia atua na qualidade de agente intermediador na operação do terminal aeroportuário executando a cobrança das tarifas de embarque e navegação devidas pela utilização das instalações e serviços de despacho e embarque da estação de passageiros.

(ii) Tarifas de pouso e permanência

A Companhia atua na prestação de serviços de utilização das áreas e serviços relacionados com as operações de pouso, rolagem e estacionamento da aeronave.

(iii) Tarifas de armazenagem e capatazia

A Companhia atua na prestação de serviço de armazenagem, guarda e controle de cargas que operam no aeroporto prestando ainda a atividade de movimentação de cargas, mercadorias e transporte interno para a conferência aduaneira.

(iv) Locações de áreas

São decorrentes de contratos de locação com as empresas de transporte, lojas e restaurantes localizados nos terminais e reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento.

3. Principais políticas contábeis materiais--Continuação

3.11. Receita operacional--Continuação

(v) Determinação das receitas de construção

A receita de construção é reconhecida pelo seu valor justo, assim como os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado.

De acordo com a Interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (ICPC) 01, sempre que uma concessionária de serviços públicos executa obras, mesmo que previstas contratualmente, ela realiza serviços de construção sendo que estes podem possuir dois tipos de remuneração: por recebimento dos valores do Poder Concedente (ativo financeiro) ou pela remuneração da tarifa de pedágio (ativo intangível).

Para essa última modalidade a receita de construção deve ser reconhecida pelo seu valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado.

Na contabilização das margens de construção a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra e empresa que efetua os serviços de construção.

A Administração da Companhia entende que as contratações dos serviços de construção são realizadas a valor de mercado, portanto, não reconhece margem de lucro nas atividades de construção.

3.12. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem substancialmente as receitas de juros sobre aplicações financeiras e juros recebidos em decorrência dos pagamentos em atraso de clientes.

A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, descontos concedidos a clientes e despesas bancárias.

3. Principais políticas contábeis materiais--Continuação

3.16. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023 ou após

A Companhia avaliou os novos pronunciamentos a serem aplicados pela primeira vez em 2023 e não identificou impactos em suas demonstrações financeiras e, decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda que não estejam vigentes.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2023	2022
Caixa	1	1
Bancos - conta movimento	1.307	1.190
Aplicações financeiras	2.742	1
	4.050	1.192

As aplicações financeiras são resgatáveis em um prazo inferior a 90 dias da data das respectivas operações e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

5. Títulos e valores mobiliários

	2023	2022
Fundo de investimento em renda fixa – Artemis	2.717	2.820
	2.717	2.820

As aplicações em fundo de investimento em renda fixa são remuneradas às taxas próximas a variação dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI) e estão vinculadas ao contrato de Cessão de Recebíveis Imobiliários (CRI) sendo que, em 31 de dezembro de 2023 o montante de R\$ 2.717 é destinado à reserva de liquidez, a fim de garantir o pagamento das parcelas.

6. Contas a receber

	2023	2022
Clientes – prestação de serviços	816	977
Locações de áreas a receber	206	110
	1.022	1.087
(-) Provisão para perdas com créditos de liquidação duvidosa	(3)	(10)
	1.019	1.077

Segue movimentação de contas a receber segregado por seus vencimentos:

	2023	2022
A vencer	970	903
Vencidos		
De 0 a 30 dias	26	85
De 31 a 60 dias	5	44
De 61 a 90 dias	10	45
De 91 a 180 dias	8	5
Há mais de 180 dias	3	5
	1.022	1.087

SPE Concessionária Voe Xap S.A.
 Notas explicativas às demonstrações financeiras
 Em 31 de dezembro de 2023 e 2022
 (Em milhares de Reais – R\$)

7. Outros ativos

	2023	2022
Gastos com operação de CRI a apropriar (a)	8.262	6.633
Outras despesas a apropriar (b)	4.286	-
	12.548	6.633

- (a) Referem-se a valores decorrentes das operações com a REIT Securitizadora de Recebíveis Imobiliários S.A. através da celebração de contrato de cessão de créditos e são apropriados ao resultado de acordo com o prazo do contrato;
- (b) Refere-se a acordo extrajudicial com o poder concedente - Município de Chapecó, por descumprimento contratual quanto ao prazo de entrega da obra de ampliação e requalificação do terminal de passageiros do aeroporto. Os recursos serão utilizados na melhoria do acesso viário ao Aeroporto de Chapecó/SC, denominado Contorno Viário Oeste, e estão sendo apropriados ao resultado até o dezembro de 2024, de acordo com o prazo estimado destas obras.

8. Imobilizado líquido

	Taxa de depreciação	2023		2022	
		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Máquinas, aparelhos e equipamentos	10% a 20%	36	(10)	26	31
Veículos	20%	280	(117)	163	219
		316	(127)	189	250

A movimentação do imobilizado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 é como segue:

	2023	2022
Saldo inicial	250	293
Adições	-	18
Depreciação	(61)	(61)
Saldo final	189	250

SPE Concessionária Voe Xap S.A.
 Notas explicativas às demonstrações financeiras
 Em 31 de dezembro de 2023 e 2022
 (Em milhares de Reais – R\$)

9. Intangível líquido

	Taxa de amortização	2023		2022	
		Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Benfeitoria em propriedade de terceiros	4%	64	(2)	62	-
Maq. aparelhos, equip. e instalações	10%	95	(14)	81	13
Equipamentos de informática	20%	247	(58)	189	35
Moveis, utensílios e instalações	10%	113	(14)	99	37
Softwares	20%	83	(11)	72	-
Direito de expl. Serv. publ. - Outorga	3,33 (i)	13.719	(1.409)	12.310	12.768
Viabilidade técnica de concessão	3,33 (i)	373	(38)	335	347
Construções em andamento (ii)	-	32.557	-	32.557	28.660
Encargos financeiros capitalizados	-	10.717	-	10.717	7.906
		57.968	(1.546)	56.422	49.766

- (i) Os gastos com a outorga e viabilidade técnica da concessão são amortizados mensalmente com base no prazo do contrato de concessão que é de 30 anos;
- (ii) O saldo refere-se aos serviços das obras de ampliação e modernização do Aeroporto de Chapecó. Das melhorias que estão sendo realizadas destacamos a expansão de toda a área comercial, a duplicação das salas de embarque e de desembarque, além do aumento do número de sanitários públicos. Estas intervenções foram iniciadas em dezembro de 2021 com previsão de finalização em dezembro de 2023 e valor estimado em R\$ 38.000.

A movimentação do intangível para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 é como segue:

	2023	2022
Saldo inicial	49.766	16.696
Adições	7.200	33.556
Amortização	(544)	(486)
Saldo final	56.422	49.766

10. Empréstimos e financiamentos

	2023	2022
Leasing de veículos (i)	97	198
	97	198
Circulante	97	20
Não Circulante	-	178
	97	198

- (i) Referente financiamento de veículo, com vencimento final em 15/10/2024, restando a 10 parcelas a pagar. A taxa efetiva de juros é de 16,68% ao ano. Possui como garantia a alienação fiduciária.

11. Cessão de Recebíveis Imobiliários (CRI)

A Companhia captou recursos financeiros por meio da Cessão de Recebíveis Imobiliários (CRI) para aplicação dos recursos nas obras de melhoria do Aeroporto Municipal Serafim Enoss Bertaso e estão apresentados a seguir:

Emissão	Vencimento	Taxa de juros ao ano	2023	2022
17/03/2021	17/03/2036	9,00% + IPCA	44.352	37.987
			44.352	37.987
Circulante	-	-	3.588	2.867
Não Circulante	-	-	40.764	35.120
			44.352	37.987

A Companhia emitiu Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI) com garantia de diversos contratos de recebíveis em poder da Companhia.

Os certificados possuem vencimentos mensais a partir de 17 de abril de 2021 até 13 de março de 2036.

Os fatores de encargos e juros de utilização para acréscimos do Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI) para essa emissão é o fator de juros anual de 9,00% conforme contrato e correção mensal pelo fator índice IPCA.

No contrato estão previstas diversas cláusulas de vencimento antecipado (“*covenants*”) que não são atreladas a indicadores financeiros, além de uma cláusula relacionada ao cumprimento de determinados índices e indicadores financeiros, a qual apresentamos a seguir:

- Razão entre (A) Dívida Líquida e (B) EBITDA inferior a 5 (cinco) na apuração de 2022 que tem como base o exercício de 2021 e inferior a 4 nas demais para a apuração realizada no encerramento de cada exercício social.

Os índices e limites financeiros serão acompanhados anualmente sendo a primeira apuração em 15 de maio de 2022 tendo como base o exercício do ano de 2021 pela Companhia com base na memória de cálculo a ser encaminhada pela acionista Socicam Administração Projetos e Representações Ltda. (“SAP”) e nas demonstrações financeiras anuais auditadas da SAP.

A falta de cumprimento dos itens citados poderá ocasionar o acionamento dos agentes financeiros que poderá resultar em vencimento antecipado do contrato.

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 a Companhia não atendeu aos limites dos *covenants* financeiros e em 28 de março de 2024 por meio da Assembleia Geral Extraordinária de Titulares de Certificados de Recebíveis Imobiliários foi concedido o *waiver* e a não declaração do vencimento antecipado da operação.

Em 31 de dezembro de 2023, de acordo com os controles financeiros elaborados preliminarmente pela Administração da SAP, e em processo de auditoria pelos auditores independentes da SAP, a Companhia está cumprindo os referidos indicadores. Diante do cenário apresentado, a Administração decidiu manter inalterada a classificação dos Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI) e debêntures.

SPE Concessionária Voe Xap S.A.
 Notas explicativas às demonstrações financeiras
 Em 31 de dezembro de 2023 e 2022
 (Em milhares de Reais – R\$)

12. Fornecedores

	2023	2022
Fornecedores	5.048	3.172
	5.048	3.172

O saldo refere-se principalmente aos fornecedores de bens e serviços para as obras de ampliação e requalificação do terminal de passageiros do Aeroporto de Chapecó”.

13. Obrigações trabalhistas e sociais

	2023	2022
Salários a pagar	154	204
Encargos sobre salários	457	229
Férias e encargos a pagar	399	270
Outras obrigações trabalhistas	13	17
	1.023	720

14. Impostos e contribuições a recolher

	2023	2022
PIS a recolher	24	57
COFINS a recolher	112	266
IRPJ a recolher	-	47
CSLL a recolher	-	24
ISS a recolher	61	108
Impostos retidos a recolher	34	188
	231	690

15. Parcelamento de tributos

	2023	2022
Parcelamento PIS	116	131
Parcelamento COFINS	589	617
Parcelamento de PIS e COFINS	812	-
Parcelamento especial - PIS e COFINS	434	506
Parcelamento INSS	897	449
Parcelamento especial – INSS	243	296
Parcelamento ISS	457	486
	3.548	2.485
Circulante	1.075	705
Não circulante	2.473	1.780
	3.548	2.485

SPE Concessionária Voe Xap S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais – R\$)

15. Parcelamento de tributos--Continuação

Os parcelamentos simplificados de PIS e COFINS foram aderidos em consonância com a Instrução Normativa RFB nº 1891/2019 tendo como o saldo total parcelado em 60 (sessenta) vezes e acrescidos de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) para títulos federais, acumulada mensalmente, calculados a partir da data do deferimento até o mês anterior ao do pagamento e de 1% (um por cento) relativamente ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado (artigo 13 da Lei nº 10.522 de 19 de julho de 2002).

O Parcelamento Especial de PIS e COFINS foi aderido no âmbito da PGFN, na modalidade de Transação Extraordinária - Demais Pessoas Jurídicas, de que trata a Lei 13.988, de 14/04/2020. Portaria PGFN 9.924, DE 14/04/2020., tendo saldo total parcelado em 81 vezes, que para efeito de pagamento serão acrescidas do valor dos juros equivalentes a taxa referencial do sistema especial de liquidação e de custódia (SELIC) para títulos Federais, acumulada mensalmente, calculados a partir da data do deferimento, tal parcelamento foi aderido em fevereiro de 2022 e seu término será em outubro de 2028

O parcelamento simplificado do INSS foi aderido em consonância com a Instrução Normativa RFB nº 1891/2019, tendo como o saldo total parcelado em 60 (parcelas) vezes e acrescidos de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) para títulos federais, acumulada mensalmente, calculados a partir da data do deferimento até o mês anterior ao do pagamento e de 1% (um por cento) relativamente ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado (artigo 13 da Lei nº 10.522 de 19 de julho de 2002).

O Parcelamento Especial de INSS foi aderido no âmbito da PGFN, na modalidade de Transação Extraordinária - Débitos Previdenciários - Demais Pessoas Jurídicas, de que trata a Lei 13.988, DE 14/04/2020. Portaria PGFN 9.924, DE 14/04/2020., tendo saldo total parcelado em 57 (cinquenta e sete) vezes, que para efeito de pagamento serão acrescidas do valor dos juros equivalentes a taxa referencial do sistema especial de liquidação e de custódia (SELIC) para títulos Federais, acumulada mensalmente, calculados a partir da data do deferimento, tal parcelamento foi aderido em fevereiro de 2022 e seu término será em novembro de 2026

O Parcelamento de ISS foi aderido através do Parcelamento de débito inscrito em Dívida Ativa em consonância com a Lei Complementar nº 170/1983, formalizado através do Acordo nº 3395/2022, tendo como o saldo total parcelado em 24 (vinte e quatro) vezes e acrescidos de juros equivalentes à taxa Selic, acumulada mensalmente.

SPE Concessionária Voe Xap S.A.
 Notas explicativas às demonstrações financeiras
 Em 31 de dezembro de 2023 e 2022
 (Em milhares de Reais – R\$)

16. Partes relacionadas

Passivo	2023	2022
Reembolso de despesas a pagar		
Socicam Administração Proj. e Representações Ltda.	827	296
Conta corrente		
Socicam Administração Proj. e Representações Ltda. (b)	16.089	11.886
Dividendos a pagar		
Socicam Administração Proj. e Representações Ltda.	173	173
Socicam Infraestrutura e Participações Ltda.	167	167
	340	340
Circulante	827	296
Não Circulante	16.429	12.226
Total	17.256	12.522

- (a) Refere-se a reembolso de despesas a receber.
 (b) Operação de conta corrente com acionistas. Nestas operações não há previsão de incidência de juros, correção monetária, tampouco serão vencíveis no curto prazo.

17. Provisão para demandas judiciais

A Companhia registrou provisões, as quais envolvem considerável julgamento por parte da Administração, para contingências cíveis e trabalhistas, para as quais é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação.

	2022	Adições	2023
Processos cíveis	73	(73)	-
Processos trabalhistas	17	733	750
	90	660	750

Processos possíveis

Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia não possuía ações com prognósticos de perdas possíveis.

18. Patrimônio líquido

18.1. Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 2023 e 2022 é de R\$ 1.000 está representado por 1.000.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal e está assim distribuído:

	%	Ações	R\$
Socicam Adm. Projetos e Representações Ltda.	51	510.000	510
Socicam Infraestrutura e Participações Ltda.	49	490.000	490
	100	1.000.000	1.000

18.2. Reserva legal

É constituída com base nos dispositivos legais no art. 193 da Lei nº 6.404/76 sendo destinados 5% do lucro líquido para reserva legal.

SPE Concessionária Voe Xap S.A.
 Notas explicativas às demonstrações financeiras
 Em 31 de dezembro de 2023 e 2022
 (Em milhares de Reais – R\$)

18. Patrimônio líquido--Continuação

18.3. Dividendos mínimos obrigatórios

Deverá ser distribuído aos acionistas no mínimo 25% do lucro líquido apurado após a dedução da reserva legal.

19. Receita operacional líquida

	2023	2022
Tarifas de embarque – (INFRAERO)	9.982	8.135
Tarifas de pouso e permanência - (INFRAERO)	2.474	2.141
Tarifas de navegação aeroportuária	3	
Controle de Acesso Terminal Aeroportuário	47	24
Serviços de apoio à aeronave (<i>handling</i>)	9	-
Serviços áreas aeroportuárias - PSESCA	10	-
Locações de áreas	2.799	2.410
(-) Serviços cancelados	(33)	(142)
(-) Tributos sobre a receita	(1.916)	(1.573)
	13.375	10.995
Receita de construção	3.896	27.186
	17.271	38.181

20. Custos dos serviços prestados

	2023	2022
Custo de pessoal	(4.436)	(3.675)
Prestadores de serviços	(2.004)	(1.534)
Depreciação e amortização	(555)	(497)
Outros tributos, taxas e contribuições	(316)	(112)
Serviços públicos	(364)	(290)
Manutenção, conservação e limpeza	(283)	(121)
Seguros	(51)	(45)
(-) QMCL – Quota Manut. Cons. e limpeza	60	85
	(7.949)	(6.189)
Custos de construção	(3.896)	(27.186)
	(11.845)	(33.375)

21. Despesas administrativas e gerais

	2023	2022
Viagens e representações	(127)	(303)
Aluguel	(294)	(251)
Veículos	(55)	(67)
Escritório e informática	(22)	(13)
Provisão para demandas judiciais	(660)	(90)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7	(10)
Outras despesas	(765)	(45)
	(1.916)	(779)

SPE Concessionária Voe Xap S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais – R\$)

22. Resultado financeiro líquido

	2023	2022
Descontos obtidos	2	-
Receitas de aplicações financeiras	304	1.232
Outras receitas financeiras	83	56
Variações monetárias ativas	29	-
Receitas financeiras	418	1.288
Despesas bancárias	(20)	(212)
Descontos concedidos	(21)	(12)
Variações monetárias passivas	(104)	-
Juros e multas	(826)	(734)
Outras despesas financeiras	(2.670)	(2.203)
Despesas financeiras	(3.641)	(3.161)
Resultado financeiro líquido	(3.223)	(1.873)

23. Imposto de renda e contribuição social

23.1. Imposto de renda e contribuição social corrente

A seguir a conciliação do imposto de renda e da contribuição social:

	2023	2022
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(263)	2.165
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota combinada	(89)	736
(+) Adições — permanentes	4.709	27.285
(+) Adições — temporárias	738	109
(-) Exclusões — permanentes	(4.024)	(27.313)
(-) Exclusões — temporárias	(85)	(9)
(-) Exclusões — temporárias (encargos capitalizados)	(2.811)	(6.369)
Compensação de prejuízo fiscal	-	-
Base de cálculo Imposto de Renda e da Contribuição Social	(1.736)	(4.132)
Imposto de renda e contribuição social corrente – corrente	-	-

23.2. Imposto de renda e contribuição social diferido

Em 2023 e 2022, os débitos de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSLL diferidos foram apurados com base nas diferenças tributáveis no futuro. As origens estão apresentadas a seguir:

Débitos fiscais	2023	2022
Encargos financeiros capitalizados e excluídos	2.811	6.369
Imposto de renda e contribuição social (15%) – diferido	422	955
Adicional do imposto de renda (10%) - diferido	281	637
Contribuição social (9%) – diferido	253	573
Imposto de renda e contribuição social – diferidos	956	2.165

23. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

23.2. Imposto de renda e contribuição social diferido--Continuação

A movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 está demonstrada a seguir:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Saldo inicial	2.688	523
IR/CS diferidos reconhecidos no resultado	956	2.165
Saldo final	<u>3.644</u>	<u>2.688</u>

24. Instrumentos financeiros

A Companhia efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros descritos a seguir:

24.1. Gerenciamento de risco

A Companhia possui operações envolvendo instrumentos financeiros, os quais se destinam a atender suas necessidades operacionais, bem como a reduzir a exposição a riscos financeiros.

A Administração destes riscos é efetuada por meio da definição de estratégias, estabelecimento de sistema de controles e determinação de limite de operação.

24.2. Risco de crédito e de realização

Estes riscos são administrados por normas específicas de análise de crédito e estabelecimento de limites de exposição por cliente.

Adicionalmente, há análises específicas e normas para aplicações em instituições financeiras e os tipos de investimentos ofertados no mercado financeiro.

24. Instrumentos financeiros--Continuação

24.3. Valor de mercado dos instrumentos financeiros

As contas de caixa e equivalentes de caixa (caixa, bancos e aplicações financeiras), saldo a receber de clientes, empréstimos e financiamentos e cessão de recebíveis são considerados instrumentos financeiros cujos valores de mercado são coincidentes com os saldos contábeis e serão mantidos até o vencimento conforme intenção da Administração.

Em 31 de dezembro de 2023 não existiam instrumentos derivativos a serem reconhecidos a valor justo nas demonstrações contábeis.

25. Cobertura de seguros

A Administração da Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos.

Os valores segurados são determinados e contratados em bases técnicas que se estimam suficientes para a cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros considerando a natureza de sua atividade, assim como mantêm cobertura de responsabilidade civil e dano moral a terceiros.

As premissas de risco adotadas e suas respectivas coberturas dada a sua natureza não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras, conseqüentemente, não foram examinadas por nossos auditores independentes.

Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia mantém cobertura de seguros compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas que são julgadas suficientes pela Administração para proteger os ativos e negócios de eventuais sinistros cuja à cobertura de seguro e limite máximo de indenização está representado da seguinte forma:

- (i) Seguro garantia R\$ 3.090;
- (ii) Seguro de responsabilidade civil R\$ 10.078;
- (iii) Seguro materiais, patrimoniais e prediais R\$ 45.010.

Membros da Diretoria

José Mario Lima de Freitas
Diretor Presidente

Alexander Cerqueira Silva
Diretor Administrativo Financeiro

Eduardo Buzam Júnior
Contador
